

CONCILIADOR.



São Luís de Portugal

Quase um ano após o Grito do Ipiranga, a independência ainda não havia chegado ao Maranhão, província fiel aos portugueses

A

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL FOI FEITA AOS POUCOS. Bem depois do famoso Grito do Ipiranga, um bom pedaço do país mantinha-se fiel ao Império português. O Maranhão foi uma das últimas províncias a aderir ao “chamado” de D. Pedro I. E não sem resistência.

Para se entender o que acontecia naqueles anos conturbados, um mapa pode ajudar. Localizado no extremo Norte, o Maranhão vivia isolado da longínqua capital, o Rio de Janeiro. Lisboa, ao contrário, era logo ali. Pelo mar, ficava bem mais perto que o Sudeste. E não só do ponto de vista geográfico, mas também por laços econômicos e políticos, os maranhenses tinham motivos para resistir à incorporação

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

de sua província às demais, já convertidas à indepen-

Nos primeiros meses de 1823, tropas organizadas a partir do Ceará e do Piauí – emancipados, ressequinte – invadiram o Maranhão e março do ano de “libertá-lo” do domínio português. Encontraram uma população nada disposta a ser libertada.

Fiel à Corte lusa, o governo provincial defendia que o Maranhão deveria permanecer unido a Portugal. E praticamente não havia oposição a esta teofolhetos impressos na única tipografia da cidade (controlada pelo governo) juntavam-se às publicações que chegavam de Lisboa e Londres nas denúncias contra o “separatismo das províncias do Centro-Sul”. Ainda em junho de 1822, *O Conciliador*, único jornal da capital, repudiou os projetos de criação de um Conselho de Procuradores e de uma Assembléia Constituinte, a serem instaurados no Rio de Janeiro. D. Pedro era alvo de pesadas acusações. Segundo o jornal, o príncipe regente chefiava uma “facção criminosa” e cercava-se de “aduladores e cortesãos” que queriam “levar o Brasil ao despotismo monárquico e, quem sabe, à república”.

Em setembro, confirmada a independência no Sul, *O Conciliador* classificou-a como uma quebra do juramento de fidelidade ao rei português. Criticava o fato de D. Pedro I governar o Brasil sem lei, enquanto Portugal era regido por uma Constituição. Dois meses depois, o jornal reforçava a idéia de resistir à emancipação do Brasil: “Se o Sul podia se separar de Portugal, o Norte poderia fazer o mesmo com o Sul”, argumentava, pregando a união de Pará, Piauí e Maranhão contra o despotismo, “que mata a liberdade das nações”.

Mas o centro da disputa local ia além dessas motivações políticas e ideológicas. O que estava mesmo em jogo era a indicação para cargos públicos e a obtenção de privilégios. Na época, São Luís tinha

cerca de 30 mil habitantes. A população masculina, adulta e branca não chegava a quatro mil pessoas. Entre elas estavam os “homens de bem”: importantes fazendeiros e comerciantes que tinham relação próxima com o governo provincial, e por vezes chegavam a ocupar cargos públicos. Em sua maioria, eram membros do Corpo de Comércio e Agricultura da cidade.

Com o início dos conflitos na divisa entre o Piauí e o Maranhão, os “homens de bem” se organizaram para reunir fundos e arcar com as despesas da guerra. Assumiram também o comando de regimentos e criaram corpos de voluntários. O principal deles foi a Legião Cívica de São Luís, proposta em maio de 1823 pelo português Antonio Marques da Costa Soares. A iniciativa defendia a substituição de alguns comandantes, castigo imediato aos desertores e maior proteção à ilha onde fica a capital maranhense. Costa Soares era um dos redatores do *Conciliador*, e nos momentos de folga do trabalho cumpria seu papel na Legião Cívica, colaborando na vigilância da cidade.

Governo e oposição denunciavam o “separatismo das províncias do Centro-Sul” e a “traição” ao Império português

Nem as sucessivas vitórias das tropas do Ceará e do Piauí contra o exército português em regiões do interior do Maranhão – como Caxias, Pastos Bons, Brejo e Itapecuru – nem a incorporação de destacamentos portugueses à “causa brasileira” fizeram o jornal admitir a possibilidade da independência. Segundo *O Conciliador*, essa perspectiva em nada entusiasmava a opinião pública de São Luís, constituída dos “verdadeiros portugueses”. Em junho de 1823, a capital se viu cercada, e ainda assim se registraram nas ruas sinais de apoio à emancipação da província.

Na página ao lado, um exemplar de agosto de 1822 de *O Conciliador*, único jornal da capital maranhense; a folha declarava abertamente sua fidelidade à Coroa portuguesa.

Uma Independência lenta e gradual

1822



► 9 de janeiro
O príncipe regente D. Pedro decide ficar no Brasil

► 3 de junho
D. Pedro convoca uma Assembléia Geral Constituinte

► 1º de agosto
Um decreto e uma proclamação do príncipe ao povo falam de “independência” do Brasil

► 7 de setembro
O “Grito do Ipiranga”. D. Pedro proclama a Independência diante das pressões das Cortes Portuguesas

► 12 de outubro
No dia do seu 24º aniversário, D. Pedro I é aclamado imperador do Brasil. Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com ofícios e proclamações das Câmaras Municipais, apoiam a Independência

► 24 de novembro
Adesão do Ceará à Independência por meio da declaração de fidelidade ao imperador lavrada pela Câmara Municipal de Fortaleza

► 1º de dezembro
Coroação imperial de D. Pedro I

► 8 de dezembro
Pernambuco jura fidelidade ao imperador



Na aquarela de Joseph Leone Righini, uma vista de São Luís em meados do século XIX. Pelo mar, Lisboa ficava bem mais perto da capital maranhense do que o Sudeste brasileiro.

O cerco não esmoreceu a resistência dos "cidadãos de bem", que no dia 12 de julho receberam uma notícia surpreendente: D. João VI havia restabelecido seus poderes absolutos em Portugal, rasgando a Constituição, suprimindo as Cortes e abrindo a possibilidade de uma reaproximação com seu filho D. Pedro I. Foi a deixa para a Junta do Governo e da Câmara nomear uma comissão para negociar um armistício – para os líderes da província, seu futuro deveria ser decidido, pacificamente, entre D. João VI e D. Pedro I. Mas a iniciativa foi em vão: no dia seguinte, os tenentes de 1ª linha Francisco Antonio da Costa Barradas, José Cursino Raposo e o alferes Joaquim José dos Reis lideraram setores das tropas que se puseram diante do largo do Palácio e tentaram proclamar a independência. A reação do comando do Exército foi imediata. Um miliciano e um soldado da polícia, ambos fiéis a Portugal, ficaram feridos. Vários integrantes das tropas foram presos, e os líderes fugiram para evitar a prisão.

O clima de tensão se agravou como nunca. Na Bahia, a independência havia chegado em 2 de ju-

lho. Em consequência, navios portugueses fugidos daquela província rumaram para a capital do Maranhão. Chegaram no dia 14, renovando as esperanças de resistência, quando a Câmara Geral se preparava para discutir a adesão de São Luís à independência, uma vez que o restante do Maranhão já havia sido incorporado. Não se podia negar o avanço dos "brasileiros". Era o que admitia Antonio Marques da Costa Soares no *Conciliador*, atribuindo o fato a três causas: o medo da população diante da iminência de um confronto, a demora no envio de tropas de Portugal em socorro do Maranhão e a falta de carne. A escassez do produto era provocada pelo cerco à cidade, que se intensificava.

Para Joaquim José da Silva Maya (1811-1893), um dos membros da esquadra portuguesa recém-chegada da Bahia, a tensão que tomava conta de São Luís também se devia a outro fator. Em seu diário, ele descreve o apoio crescente à independência, especialmente por parte dos homens "de cor". O percentual de "pretos livres", "pretos cativos", "mulatos livres" e "mulatos cativos" era superior a

COLEÇÃO GETER / FINESTRA PEREIRA / IPHAN

1823

24 de janeiro

A Câmara de Oeiras vota a adesão à Independência em nome de todo o Piauí. No mesmo mês, aderem também as províncias de Mato Grosso e Goiás, e em seguida, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte

3 de maio

Inauguração dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte no Rio de Janeiro

Maio

Proposta da Legião Cívica de São Luís

Junho

Cerco de São Luís pelas tropas favoráveis à Independência

2 de julho

Forças brasileiras por terra e a intervenção naval do oficial britânico Thomas Cochrane provocam a capitulação e a retirada das tropas lusas da Bahia, que assim reconhece a Independência

12 de julho

A Junta do Governo e da Câmara de São Luís nomeia uma comissão para negociar um armistício

13 de julho

Na capital do Maranhão, tentativa de um setor das tropas de proclamar a Independência, e reação do comando do Exército

77% da população maranhense. Para os escravos, aliar-se aos "brasileiros" era uma promessa de liberdade. No interior, muito fugiram e aderiram às tropas pela independência. Na capital, participaram dos conflitos de rua.

A situação pendeu de vez para o lado da independência em 26 de julho, quando aportou em São Luís o navio *Pedro I* - cujo nome indica de que lado estava. Sob o comando do almirante britânico lord de Cochrane (1775-1860), o navio vinha da Bahia, onde apoiara a independência daquela província. Agora chegava para consolidar a conquista do Maranhão. No dia 27, 200 homens desembarcaram na cidade e garantiram para o dia seguinte a proclamação da Independência.

Festa e comoção popular? Nem sinal. Foi uma cerimônia discreta. Seis tripulantes do navio se juntaram a 91 cidadãos, entre eles os membros da Junta de Governo e da Câmara e outras autoridades, que, discretamente, saudaram a "Adesão ao Império Brasílico, e Governo do Imperador, o Senhor Dom Pedro Primeiro". Do lado de fora do Palácio havia poucas pessoas. A independência foi registrada com um simples repicar dos sinos, uma salva de tiros e o reconhecimento da "Bandeira Brasileira". Muito pouco, se comparado às multidões que celebraram a incorporação da cidade à Revolução do Porto (1821) e o nascimento dos membros da família real.

Mesmo sem grandes manifestações públicas, os homens "de cor" acreditavam que a independência poderia lhes trazer benefícios. O escritor João Dunshee de Abranches Moura, no romance *A Setembrada* (1931), faz alusão a um curioso episódio ocorrido às vésperas da proclamação. Alguns negros teriam tomado canoas e se dirigido ao navio *Pedro I* para pedir asilo ao almirante Cochrane, na esperança de que lhes fosse assegurada a liberdade. Em vão. Após a independência, os negros participaram dos saques às lojas e das surras aplicadas aos

cidadãos acusados de conspirar contra a emancipação. Libertos compuseram as tropas responsáveis pela segurança da cidade. Em meio à instabilidade vivida nos dezoito meses após a independência da província, os negros chegaram a ser convocados para participar da política.

Os brancos, por sua vez, agora divididos em "brasileiros" e "portugueses", tiveram destinos diversos. Os principais membros do Corpo de Comércio de São Luís foram expulsos, sob a acusação de financiarem a resistência. A medida favoreceu os maiores produtores de algodão e arroz do Maranhão, que se livraram de suas dívidas, pois seus credores haviam sido banidos da província. E eles ainda assumiram postos importantes no novo governo. A grande maioria dos funcionários da administração foi demitida e substituída por parentes e amigos dos membros da Junta que assumiu provisoriamente o governo.

As disputas em torno da administração pública estavam apenas começando. Alguns "heróis da independência" apressaram-se a enviar relatos de seu desempenho no conflito, pedindo cargos que recompensassem os "sacrifícios feitos em nome da pátria". José Felix Pereira de Burgos (1780-1854) foi um deles. Tenente-coronel de 2ª linha que "aderiu à causa" em junho de 1823, tornou-se governador de Armas e encaminhou ofício a José Bonifácio relatando as "sucessivas fadigas" dele e de sua família para realizar o "projeto patriótico da independência". Em meio às lembranças do tempo em que fora aluno do mestre em Coimbra, pediu que seus irmãos - os militares Carlos, Antonio e Honório - gozassem de proteção real e fossem "contemplados conforme o justo".

Novos tempos, velhas práticas... H

MARCELO CHECHE GALVES É PROFESSOR DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO E AUTOR DA DISSERTAÇÃO "JORNALIS E POLÍTICOS NO MUNICÍPIO DE AVARÉ" (UNESP, 2000).



Seiba Mais


DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flávia. *Os senhores dos nos: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.

JANCÓS, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2005.

MALERBA, Jurandir (org). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.



- ▶ 14 de julho
Chegada a São Luís de navios portugueses fugidos da Bahia
- ▶ 26 de julho
Chegada a São Luís do navio *Dom Pedro I*, comandada pelo almirante Cochrane
- ▶ 27 de julho
Desembarque de Cochrane com cerca de 200 homens
- ▶ 28 de julho
O Maranhão adere ao Império brasileiro
- ▶ 15 de agosto
Após a intervenção de John Pascoe Grenfell, subordinado de Cochrane, o Grão-Pará capitula e adere à Independência
- ▶ 12 de novembro
D. Pedro I dissolve a Assembléia Constituinte ("Noite da Agonia") e incumbe o Conselho de Estado, por ele criado, de redigir a Constituição
- ▶ 18 de novembro
A Cisplatina (atual Uruguai) também adere à Independência